

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

MARINGÁ-PR

**VALDEMIR BEZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador inscrito no CRC-PR 037262/O-2, inscrito no CPF sob nº 693.152.569-72, portador da carteira de identidade RG nº. 9.451.018-0 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Campos Sales, nº 596, Apto. 701, Zona 07, CEP 87020-080, nesta cidade de Maringá-PR, **MARCO ANTÔNIO HARGER LUCKMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, Contador inscrito no CRC 023456/O-6, inscrito no CPF sob nº 551.534.299-20, portador da carteira de identidade RG nº. 1.666.393 SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Francisco Derosso, nº 1.615, Sobrado 02, Bairro Xaxin, CEP 81710-000, Curitiba – PR, sócios componentes da **sociedade “BEZ & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP”**, com sede na Avenida Rio Branco, nº 762, Sala 15, Zona 05, CEP 87015-380, nesta Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com contrato social devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas; apontado sob nº 3.907, protocolo Nº 8330, Livro A-005, em 17/12/1999 e ultima alteração contratual registrada sob Nº. 07/3.907, Livro A-005 em 31/10/2012; deliberam, por este instrumento e na melhor forma de direito, **alterar e consolidar** seu Contrato Social e posteriores alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica alterada a Razão Social da sociedade para: BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Fica alterado o endereço da sociedade para Rua Neo Alves Martins, nº 2789, Zona 01, CEP 87013-914, Edifício Palácio do Comercio, Sala 801, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

A sociedade tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de consultoria e auditoria contábil e tributária.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Os bens particulares dos sócios não poderão ser executados pelas dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. Os sócios respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O Capital Social da sociedade é de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), divididos em 230.000 (duzentos e trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente do país, dividido entre os sócios de seguinte forma:

SÓCIOS:	(%)	QUOTAS	VALOR
VALDEMIR BEZ	50,00	115.000	R\$ 115.000,00
MARCO ANTÔNIO HARGER LUCKMANN	50,00	115.000	R\$ 115.000,00
TOTAL	100.00	230.000	R\$ 230.000,00

§1º Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações sociais.

§2º Cada quota dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

§3º Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais, nos termos do artigo 1.024 do Código Civil.



§4º Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios apenas pelo saldo e na proporção em que participem das perdas sociais.

**CLÁUSULA SEXTA:**

A administração e representação da sociedade será exercida pelos sócios **VALDEMIR BEZ** e **MARCO ANTÔNIO HARGER LUCKMANN**, assinando isoladamente, aos quais são atribuídos os poderes necessários para fazer uso da denominação social, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e órgãos previdenciários.

§1º Os sócios administradores são dispensados da prestação de caução;

§2º É expressamente vedado aos sócios administradores o uso da denominação social em quaisquer negócios alheios aos objetivos da sociedade, ou assumir obrigações em favor dos sócios ou de terceiros;

§3º As procurações outorgadas pela sociedade deverão especificar expressamente os poderes conferidos e determinar prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, exceção feita às procurações "ad judícia", que por sua natureza exigem prazo indeterminado. As procurações outorgadas a empregados da sociedade são, automaticamente revogadas com o término do contrato de trabalho;

§4º Os sócios administradores têm direitos a uma retirada mensal, a título de "pró labore", a ser fixada anualmente em comum acordo entre os sócios, sendo esta levada a débito na conta de "Despesas Gerais" da sociedade.

§5º O sócio participa dos lucros e perdas na proporção da contribuição direta à formação da receita da sociedade, após deduzidos os custos e as despesas de operação.

**CLÁUSULA SETIMA:**

**BALANÇO GERAL:** Anualmente em 31 de dezembro será levantado um balanço geral do ativo e passivo da sociedade e os resultados apurados, lucros e prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações, e previsões, serão distribuídos aos sócios em conformidade com o disposto no parágrafo 5º da clausula sexta.

§1º A sociedade poderá, por deliberação da maioria simples do capital social, levantar balanços intermediários para qualquer fim, inclusive para distribuições de lucros, em qualquer época do ano.

§2º Os sócios, por maioria simples do capital social, poderão decidir pela retenção dos lucros, se a sua distribuição afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

§3º Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

**CLÁUSULA OITAVA:**

Durante o mês de março de cada ano, os sócios examinarão o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado. Se não houver, naquele prazo, qualquer impugnação expressa, serão consideradas aprovadas aquelas peças contábeis de prestação de contas. Se houver impugnação, dentro do prazo estabelecido, deverá um dos sócios, convocar por escrito reunião especial de sócios, para deliberação da impugnação a respeito. Se apesar de convocados os sócios não comparecerem a essa reunião, consideram-se como aprovadas as contas de gestão condensadas nos balanços patrimonial e de resultado econômico e nas demonstrações financeiras.



**CLÁUSULA NONA:**

Nenhum dos sócios pode ceder ou transferir a qualquer título suas quotas de capital a terceiros, sem a anuência expressa dos demais sócios, que têm direito de preferência em igualdade de condições.

**Parágrafo único** – O sócio que desejar alienar suas quotas deverá comunicar o outro sócio, por escrito, indicando o valor e as condições propostas para aquisição, com prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação do sócio ofertado, para que exerça seu direito de preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com o sócio remanescente e com o(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) do sócio falecido.

§1º Não sendo possível ou inexistindo interesse por parte do sócio remanescente na participação do(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) como sócios da sociedade, aquele fica obrigado a levantar um Balanço Geral da sociedade no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do falecimento e pagar ao(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) do sócio falecido, ou ao seu representante legal, os haveres apurados, em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias contados da data do balanço.

§2º A cada 12 (doze) parcelas, o valor remanescente será corrigido de acordo com a variação do IGPM, ou o índice que vier a substituí-lo, cumulado nos últimos 12 (doze) meses.

§3º O mesmo procedimento determinado nesta Cláusula e Parágrafos será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar aos demais por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, recebendo seus haveres nas condições estabelecidas na Cláusula anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

As deliberações dos sócios serão tomadas na forma dos artigos 999 e 1.010 da Lei 10.406/2002 - Código Civil.

**CONSOLIDAÇÃO**  
**BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**  
**CNPJ N.º 03.559.971/0001-64**

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

A sociedade tem a denominação social de BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP, sendo constituída como Sociedade Simples Pura e regida pelas cláusulas deste contrato e pelos artigos 997 a 1.038 da Lei Federal nº 10.406/2002 – Código Civil.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

A sociedade tem a sua sede social na Rua Neo Alves Martins, nº 2789, Zona 01, CEP 87013-914, Edifício Palácio do Comercio, Sala 801, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os bens particulares dos sócios não poderão ser executados pelas dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. Os sócios respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**CLÁUSULA QUARTA:**

A sociedade tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de consultoria e auditoria contábil e tributária.

**CLÁUSULA QUINTA:**

A sociedade iniciou suas atividades em 17/12/1999 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL.**

**CLÁUSULA SEXTA:**

O Capital Social da sociedade é de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), divididos em 230.000 (duzentos e trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente do país, dividido entre os sócios de seguinte forma:

SÓCIOS:	(%)	QUOTAS	VALOR
VALDEMIR BEZ	50,00	115.000	R\$ 115.000,00
MARCO ANTÔNIO HARGER LUCKMANN	50,00	115.000	R\$ 115.000,00
TOTAL	100,00	230.000	R\$ 230.000,00

§1º Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações sociais.

§2º Cada quota dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

§3º Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais, nos termos do artigo 1.024 do Código Civil.

§4º Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios apenas pelo saldo e na proporção em que participem das perdas sociais.

**CAPÍTULO III – QUOTAS.**

**CLÁUSULA SETIMA:**

A administração e representação da sociedade será exercida pelos sócios **VALDEMIR BEZ** e **MARCO ANTÔNIO HARGER LUCKMANN**, assinando isoladamente, aos quais são atribuídos os poderes necessários para fazer uso da denominação social, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e órgãos previdenciários.

§1º Os sócios administradores são dispensados da prestação de caução;

§2º É expressamente vedado aos sócios administradores o uso da denominação social em quaisquer negócios alheios aos objetivos da sociedade, ou assumir obrigações em favor dos sócios ou de terceiros;

§3º As procurações outorgadas pela sociedade deverão especificar expressamente os poderes conferidos e determinar prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, exceção feita às procurações "ad



MARINGÁ - PR

judícia", que por sua natureza exigem prazo indeterminado. As procurações outorgadas a empregados da sociedade são, automaticamente revogadas com o término do contrato de trabalho;

§4º Os sócios administradores têm direitos a uma retirada mensal, a título de "pró labore", a ser fixada anualmente em comum acordo entre os sócios, sendo esta levada a débito na conta de "Despesas Gerais" da sociedade.

§5º O sócio participa dos lucros e perdas na proporção da contribuição direta à formação da receita da sociedade, após deduzidos os custos e as despesas de operação.

#### CAPÍTULO IV – RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

##### CLÁUSULA OITAVA:

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetos sociais, estará distribuída entre os sócios, conforme trabalhos técnicos previstos no artigo 25 do decreto Lei 9.295/46.

§1º A responsabilidade técnica pela execução de serviços no âmbito do mercado de valores mobiliários estará a cargo de profissionais devidamente habilitados e credenciados junto à Comissão de Valores Mobiliários.

#### CAPÍTULO V – DELIBERAÇÕES SOCIAIS, REUNIÕES E ÓRGÃOS SOCIAIS.

##### CLÁUSULA NONA:

Durante o mês de março de cada ano, os sócios examinarão o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado. Se não houver, naquele prazo, qualquer impugnação expressa, serão consideradas aprovadas aquelas peças contábeis de prestação de contas. Se houver impugnação, dentro do prazo estabelecido, deverá um dos sócios, convocar por escrito reunião especial de sócios, para deliberação da impugnação a respeito. Se apesar de convocados os sócios não comparecerem a essa reunião, consideram-se como aprovadas as contas de gestão condensadas nos balanços patrimonial e de resultado econômico e nas demonstrações financeiras.

##### CLÁUSULA DÉCIMA:

Nenhum dos sócios pode ceder ou transferir a qualquer título suas quotas de capital a terceiros, sem a anuência expressa dos demais sócios, que têm direito de preferência em igualdade de condições.

Parágrafo único – O sócio que desejar alienar suas quotas deverá comunicar o outro sócio, por escrito, indicando o valor e as condições propostas para aquisição, com prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação do sócio ofertado, para que exerça seu direito de preferência.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Todas as deliberações sociais serão definidas em reunião de sócios, **no entanto** para as matérias abaixo arroladas dependerão de quorum qualificado para aprovação pelos sócios quotistas:

I - As deliberações para os seguintes assuntos requererão a maioria simples do capital social, ou seja, um quorum de cinquenta por cento mais um do capital social:

- a) A designação dos administradores;
- b) A destituição dos administradores;
- c) O modo e o valor da remuneração dos administradores;
- d) Pedido de Concordata ou Falência;
- e) Exclusão de sócio nos termos do **art. 1.085** do código civil;



- f) O ingresso na sociedade dos herdeiros do sócio falecido, desde que habilitado profissionalmente para o desempenho das funções contidas no objeto social, por requerimento do Inventariante, em substituição ao pagamento dos haveres do "de cujus".

II - As deliberações para os seguintes assuntos requererão quorum de 75% (setenta e cinco por cento):

- a) A modificação do contrato social;
- b) A transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação;
- c) Resolução, dissolução e cessação do estado de liquidação;

III - Requererão quorum de 2/3 (dois terços) das deliberações sobre os seguintes assuntos:

- a) A aprovação das contas da Administração;
- b) A participação dos administradores e empregados nos lucros;
- c) Exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio;
- d) A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- e) Investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
- f) Aumento ou redução de capital com bens ou moeda corrente;
- g) Aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

IV - Requererão quorum de 100% (cem por cento) das deliberações sobre os seguintes assuntos:

- a) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis ou constituição de ônus reais sobre os mesmos como garantia de quaisquer naturezas a obrigação de terceiros.

§1º A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócio, indicando a matéria a ser deliberada. Dessas reuniões deverão ser elaboradas as correspondentes atas, as quais serão lavradas no Livro de Atas da Administração.

§2º Dispensam-se as formalidades descritas no parágrafo anterior quando todos os sócios comparecerem ou decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto da reunião.

§3º Dispensam-se as formalidades de convocação, previstas no §3º do art. 1.152 do Código Civil de 2.002, quando sócios representando  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital votante comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§4º As deliberações da reunião vincularão todos os sócios ainda que ausentes ou dissidentes e, exceto aquelas previstas pela Lei, serão tomadas por maioria absoluta, não sendo considerados os votos em branco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As deliberações dos sócios serão tomadas na forma dos artigos 999 e 1.010 da Lei 10.406/2002 - Código Civil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As demais deliberações não citadas aqui podem ser decididas por maioria absoluta de votos, com base na quantidade de quotas de cada sócio.

**CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

**BALANÇO GERAL:** Anualmente em 31 de dezembro será levantado um balanço geral do ativo e passivo da sociedade e os resultados apurados, lucros e prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações, e previsões, serão distribuídos aos sócios em conformidade com o disposto no parágrafo 5º da cláusula sétima.

§1º A sociedade poderá, por deliberação da maioria simples do capital social, levantar balanços intermediários para qualquer fim, inclusive para distribuições de lucros, em qualquer época do ano.

§2º Os sócios, por maioria simples do capital social, poderão decidir pela retenção dos lucros, se a sua distribuição afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

§3º Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

**CAPÍTULO VII – CONTINUIDADE DA SOCIEDADE.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com o sócio remanescente e com o(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) do sócio falecido.

§1º Não sendo possível ou inexistindo interesse por parte do sócio remanescente na participação do(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) como sócios da sociedade, aquele fica obrigado a levantar um Balanço Geral da sociedade no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do falecimento e pagar ao(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) do sócio falecido, ou ao seu representante legal, os haveres apurados, em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias contados da data do balanço.

§2º A cada 12 (doze) parcelas, o valor remanescente será corrigido de acordo com a variação do IGPM, ou o índice que vier a substituí-lo, cumulado nos últimos 12 (doze) meses.

§3º O mesmo procedimento determinado nesta Cláusula e Parágrafos será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

A sociedade entrará em liquidação, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas em lei, ou por decisão de maioria simples do capital social.

§1º Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, o liquidante será indicado por quotistas representando a maioria do capital social, hipótese em que os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações da mesma e o remanescente, se houver, será dividido entre os quotistas na proporção do número de quotas que cada um possuir.



§2º O falecimento, exclusão por qualquer motivo ou interdição de qualquer sócio não dissolve a sociedade. Sendo impossível ou inexistindo interesse dos herdeiros ou dos sócios remanescentes na continuação da sociedade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da mesma, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§3º Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido, sucessores ou representantes legais, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com juros de 12% ao ano. Os herdeiros do sócio falecido não serão admitidos à sociedade, salvo decisão da maioria simples em contrário dos sócios supérstites.

§4º No relacionamento com a sociedade, no caso de morte de sócio, os herdeiros serão representados pelo inventariante.

## CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO, EXCLUSÃO DE SÓCIO.

### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA:

Ocorrendo a dissolução, liquidação, extinção, falência, concordata ou insolvência de sócio pessoa jurídica, ou a morte, incapacidade física ou psíquica ou insolvência de sócio pessoa física, os seus sucessores poderão substituí-lo na sociedade, desde que comuniquem à sociedade a sua intenção de nela continuar, por escrito, contra-recibo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do evento, ficando assim sub-rogados de pleno direito em todos os seus direitos e deveres.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Será excluído da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Poderá ser excluído da sociedade por justa causa o sócio que coloque em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, pelos sócios que representam mais da metade do capital social, nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Os haveres dos sócios excluídos serão liquidados com base em um balanço especial na data da deliberação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para os efeitos do disposto nesta cláusula, considera-se justa causa para exclusão de sócio:

1. abertura de processo concursal, falência, a concordata ou sob qualquer forma caracterizada de insolvência;
2. violação de cláusula contratual;
3. concorrência desleal;
4. uso indevido da denominação social;
5. não integralização da própria participação no capital social;
6. a declaração de incapacidade;
7. geração de grave desinteligência entre os sócios;
8. prática de outros atos de inegável gravidade;
9. condenação por crime por qualquer natureza, de modo especial aqueles que impedem o exercício da atividade.



**CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** "Declaram os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade."

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:**

Delibera-se por não constituir Conselho Fiscal.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:**

Revogam-se todas as disposições contidas no contrato social primitivo e posteriores alterações, valendo para a sociedade e para terceiros o que neste instrumento ficou deliberado por todos os sócios que, através de suas assinaturas, ratificam e dão como consolidadas suas cláusulas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:**

Fica o quotista **VALDEMIR BEZ** responsável, perante a Comissão de Valores Mobiliários, pela prestação de esclarecimentos relacionados ao cumprimento da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999.

**CAPÍTULO X - LEI APLICÁVEL E DE FORO COMPETENTE**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:**

Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil, e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis, ficando eleito o foro desta Comarca para ação fundada no presente contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As partes elegem o Foro da Comarca de Maringá - Paraná, para dirimir quaisquer litígios entre as partes que venham a ocorrer em decorrência do presente contrato.

E por assim estarem justos e contratados, fizeram lavrar o presente instrumento, que assinam na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os legais efeitos.

Maringá - PR, 19 de Fevereiro de 2015.

1º ofício  
  
**VALDEMIR BEZ**  
CRC-PR 037262/O-2

  
**MARCO ANTONIO HARGER LÜCKMANN**  
CRC-SC 023456/O-6 - T - PR

Testemunhas:

  
**DOUGLAS BATISTA FELÍCIO DA SILVA**  
RG: 9.797.267-2 SSP-PR

  
**JAEL FIRMINO DE OLIVEIRA**  
RG: 4.234.756-6 SSP-PR



**FLAVIO AUGUSTO FORCELLI**  
Assistente Regional I

ARIANE FILAR DA COSTA OLIVEIRA

TABELIONATO LIANA CLAUDIA - 1o. OFICIO  
LIANA CLAUDIA VARGAS PINTO - TABELIA  
R. Leop. Alves Martins, 2597 - Maringá-PR

Reconheço e dou fe' a(s) firmas) de:  
001041437- VALDEIR BEZ  
por SEMELHANÇA: face a impossibilidade  
de assinatura e comparecer na Serventia.  
19/02/2015 13:30  
001041437

Em Testemunho \_\_\_\_\_ do Juiz de Paz de  
MARINGÁ, 19 de Fevereiro de 2015.

OB - CARLA NEDRIRIOS SANTINONI FARDIN  
SECRETARIA INDICADA

REUNARPEN - 1o. Ofício  
773cc - 90% - 10.31.30 - 10.31.30 - 10.31.30

www.reunapen.com.br


**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
 e TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.876-0  
 Presidente Estácio Pessoa, 1148 - Bairro Santa Luzia - CEP 50830-000 e www.cartorio01.pb.gov.br - Tel: (35) 3444-9444

**Autenticação Digital**  
 De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V; Art. 18 I da Lei Federal 9.535/1994 e Art. 6º, Inc. XII  
 da Lei Estadual 8.721/2008 autorizo a presente imagem digitalizada, reprodução fiel  
 do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 9592221191629080995-10; Data: 22/11/2019 16:34:07**


 Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AUL53884-3030; Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valdez Azevedo de Miranda Cavalcanti  
 Titular

**Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tipb.jus.br>**



**BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**  
**NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ N.º 03.559.971/0001-64**

**VALDEMIR BEZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador inscrito no CRC-PR 037262/O-2, inscrito no CPF sob nº 693.152.569-72, portador da carteira de identidade RG nº. 9.451.018-0 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Campos Sales, nº 596, Apfo. 701, Zona 07, CEP 87020-080, nesta cidade de Maringá-PR, **MARCO ANTONIO HARGER LÜCKMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, Contador inscrito no CRC 023456/O-6, inscrito no CPF sob nº 551.534.299-20, portador da carteira de identidade RG nº. 1.666.393 SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Francisco Derosso, nº 1.615, Sobrado 02, Bairro Xaxin, CEP 81710-000, Curitiba – PR, sócios componentes da **sociedade “BEZ AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP”**, com sede na Rua Neo Alves Martins, nº 2789, Zona 01, CEP 87013-914, Edifício Palácio do Comercio, Sala 801, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, com contrato social devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, apontado sob nº 3.907, protocolo Nº 8330, Livro A-005, em 17/12/1999 e **ultima alteração contratual registrada sob Nº. 09/3.907, Livro A-005 em 16/03/2015**; deliberam, por este instrumento e na melhor forma de direito, **alterar** seu Contrato Social e posteriores alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Ficam suprimidas neste ato, a cláusula terceira e os parágrafos 1º, 3º e 4º da cláusula sexta da oitava alteração e consolidação de contrato social, por colidirem com os dispostos no inciso III do artigo 4º da instrução CVM nº 308/99.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e os sócios responderão solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade; conforme inciso III do artigo 4º da instrução CVM nº 308/99.


**CLÁUSULA TERCEIRA:**

As partes elegem o Foro da Comarca de Maringá - Paraná, para dirimir quaisquer litígios entre as partes que venham a ocorrer em decorrência do presente contrato.

E por assim estarem justos e contratados, fizeram lavrar o presente instrumento, que assinam na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os legais efeitos.

Maringá - PR, 21 de Maio de 2015.

  
**VALDEMIR BEZ**  
CRC-PR 037262/O-2

  
**MARCO ANTONIO HARGER LÜCKMANN**  
CRC-SC 023456/O-6 - T - PR

Testemunhas:

  
**DOUGLAS BATISTA**  
RG: 9.797.267-2 SSP-PR

  
**FELÍCIO DA SILVA**  
RG: 9.797.267-2 SSP-PR





**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR**  
*Wlto Baiardi de Oliveira - Oficial*  
 Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

Emolumentos 50,10  
 Funrejus 6,66  
 Distribuidor 7,50  
 Funarpen 1,00  
 Microfilme 0,50  
 Total R\$ 65,75  
 VRC 300,00

Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
 Averbação nº 10/3.907 Livro A-005  
 Maringá-PR, 26 de maio de 2015.

Arquivo 3923  
 Protocolo 442.973

Alexandre Xavier Cavalcante  
 Esc. Juramentado

Selo Digital-RJ6wD.m09Zf.CXDlp, Controle: JCftw.sIhA  
 Consulte em <http://www.funarpen.com.br>



SERVENTIA DISTRITAL DO BOQUEIRÃO  
 Curitiba - Paraná - Fone: (41) 3027-2021  
 SELO tZd16.sthQ1.AKsn:2TLYX.eHQS  
 Confira o selo em [www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br)  
 Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA:  
 MARCO ANTONIO HARBERT LUDMANN.....  
 Curitiba, 22 de maio de 2015  
 Em testemunho da Verdade

EUNILDA NEVES DE SOUZA PRADO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 MARINGÁ - PR  
 0104143  
 22/11/2019 16:34:01  
 De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1165 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3344-5404 - Fax: (33) 3344-5404

**Autenticação Digital**  
 De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 9529221191629080995-12; Data: 22/11/2019 16:34:01**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJL53882-KBB0;  
 Valor Total do Ato: R\$ 4,42  
 Titular: Váiber Azevedo de Miranda Cavalcanti

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa BEZ AUDITORES INDEPENDENTES SS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa BEZ AUDITORES INDEPENDENTES SS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a BEZ AUDITORES INDEPENDENTES SS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/04/2021 09:53:11 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa BEZ AUDITORES INDEPENDENTES SS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 95292211191629080995-1 a 95292211191629080995-12

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0f34a4db990c9b949b6d7aef454d25b9cb48d5aa96ac4d3dd6e4e6dc34b2b9c5c4eb53e524cdd2541f9a1568508c40aed58f36f7679f85784d8b010ff248f898



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

